

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COFECUB – Comité Français d’Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil
PROGRAMA CAPES-COFECUB - EDITAL Nº. 16/2015

PROJETO:

TRABALHO NO BRASIL E NA FRANÇA
SENTIDO DAS MUDANÇAS E MUDANÇAS DE SENTIDO

ÁREAS:

SOCIOLOGIA DO TRABALHO
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

INSTITUIÇÕES PROPONENTES

BRASIL:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (DECISE)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FE)
PROGRAMA DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)
CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E ECONOMIA DO TRABALHO (CESIT)
INSTITUTO DE ECONOMIA (IE)

FRANÇA:

CENTRE DE RECHERCHES SOCIOLOGIQUES ET POLITIQUES DE PARIS (CRESPPA)
CENTRE NATIONAL DE RECHERCHE SCIENTIFIQUE (CNRS)
EQUIPE GENRE, TRAVAIL E MOBILITES (GTM)
UNIVERSITE PARIS 8 VINCENNES SAINT DENIS
UNIVERSITE PARIS OUEST NANTERRE

Outubro, 2015

IDENTIFICAÇÃO DAS EQUIPES DE PESQUISA

BRASIL

COORDENADORA DO PROJETO

Profa. Dra. Aparecida Neri de Souza

PROFESSORES PARTICIPANTES:

PROFESSORES TITULARES

Liliana Rolfsen Petrilli Segnini

José Roberto Montes Heloani

Márcia de Paula Leite

Ricardo Antunes

PROFESSORES DOUTORES

Alexandro Henrique Paixão

Angela Carneiro Araújo

Barbara Geraldo de Castro

Carolina de Roig Catini

Evaldo Piolli

Fábio Luís Barbosa dos Santos

José Dari Krein

Luciano Pereira

Selma Borghi Venco

Vicente Rodriguez

PESQUISADORES

Carmen Lucia Rodrigues Arruda

Hugo Rodrigues Dias

Maria Rosa Lombardi

FRANÇA

COORDENADORA DO PROJETO

Régine Bercot - Professeur

DIRECTEUR DE RECHERCHE AU CNRS

Danièle Linhart - émérite

Helena Hirata - émérite

Lucie Tanguy - honoraire

MAITRE DE CONFERENCES

Aurelie Jeantet

Bernard Valentini

Gaëtan Flocco

Guillaume Tiffon

Sabine Fortino

CHARGE DE RECHERCHES

Cédric Lomba

POST-DOCTORANTE

Albena Tcholakova

DOUTORANDOS – BRASIL¹

Amanda Patrycia Coutinho de Cerqueira (Ciências Sociais)

Beatriz Isola Coutinho (Ciências Sociais)

Bianca Briguglio (Ciências Sociais)

Bruno Chapadeiro Ribeiro (Educação)

Fabiana Sanches Grecco (Ciência Política)

Fernando Henrique Protetti (Educação)

Hugo Leonardo Fonseca da Silva (Educação)

Liliane Bordignon de Souza (Educação)

Luciana Ramirez da Cruz (Ciências Sociais)

Luziene Correa Parnaíba (Ciência Política)

Maria Piñon Pereira Dias (Economia do Trabalho)

Mariana Shinohara Roncato (Sociologia)

Patricia Rocha Lemos (Ciências Sociais)

Ricardo Colturato Festi (Sociologia)

Ricardo Normanha Ribeiro de Almeida (Ciências Sociais)

Thais de Souza Lapa (Ciências Sociais)

¹ A listagem refere-se tão somente aos doutorandos com possibilidades de realizar um estágio doutoral durante a realização do acordo. Participam do projeto todos os doutorandos e mestrados dos professores brasileiros.

SUMÁRIO

	página
Identificação das equipes de pesquisa	2
Introdução	5
Fundamentação teórica	5
I.I. A recomposição do papel do Estado: Normas de gestão e injunções profissionais	6
I.II - Gestão e organização do trabalho moderno	16
I.III - Movimentos sociais: formas de resistência e de consentimento no trabalho	21
II- Objetivos	28
III – Metodologia	29
IV - Referências Bibliográficas	30
V - Descrição das metas de formação e capacitação almejadas e das ações para atingi-las.	35

Anexos

1.

INTRODUÇÃO

Este projeto é elaborado a partir dos resultados de pesquisas obtidos no Acordo Capes Cofecub anterior², avaliado positivamente pelas duas instituições³, nos estimulando a formular uma nova proposição e nos dispensando do interstício previsto pelas normas do referido Acordo. A justificativa da proposta explicitando a pertinência do projeto em parceria com o *Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris* (CRESPPA) encontra-se no anexo 1.

Três eixos de pesquisa expressam os resultados alcançados e referenciais teóricos acumulados na produção intelectual das duas equipes (VIDE ANEXO I); eles serão objetos de comparação, separados por razões metodológicas, mas efetivamente imbricados. Os referidos eixos questionam o papel do Estado e das políticas na estruturação do mercado, organização e relações do trabalho; os movimentos sociais observados, inclusive sindicais; e a constituição da cidadania no presente. As diferenças e hierarquias na perspectiva analítica das relações sociais de classe e de gênero serão consideradas categorias estruturantes nas análises a serem realizadas.

I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste projeto expressa temáticas presentes na produção acadêmica das duas equipes, abaixo indicadas, resultado de muitos anos de pesquisas⁴, docência, supervisões de pós-doutorado, orientações de teses, dissertações, trabalhos de iniciação científica, organização e participação em eventos científicos nacionais e internacionais, publicações. (VIDE CURRÍCULOS – ITEM IX DESTE PROJETO)

² Projeto (688/2010) “Organização e condições do trabalho moderno. Emprego, desemprego e precarização do trabalho”, de agosto 2010 a abril/2014, coordenadoras Danièle Linhart (França) e Aparecida Neri de Souza (Brasil).

³ “Comunico que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o *Comité Français d’Évaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil* (COFECUB), recomendaram a atribuição de conceito A ao relatório final do projeto nº. 688/10 – “Organização e condições do trabalho moderno. Emprego, desemprego e precarização do trabalho” (...) não há interstício para apresentação de uma nova proposta a ser cumprido após a divulgação do resultado do relatório final” (Ofício Circular no. 08/2015 -0 CAE/CGPR/DRI/CAPES, de 26/02/2015).

⁴ O primeiro acordo Capes/Cofecub teve início em 2000, ver Anexo 1 (Justificativa)

I.I - A RECOMPOSIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO: NORMAS DE GESTÃO E INJUNÇÕES PROFISSIONAIS

Este eixo objetiva indagar o papel do Estado nas mudanças observadas nas décadas recentes no mercado, organização e relações de trabalho, especialmente no que tange às novas formas de gestão.

Há similitudes e diferenças nas ações institucionais e políticas nos dois países; no entanto, elas convergem quando analisado o sentido da mudança e, imprimem mudanças de sentido nas relações de trabalho, tanto no Brasil como na França, tal como informado no título deste projeto. No contexto francês, tradicionalmente, o Estado esteve presente na vida política e econômica da nação de forma a preservar os valores republicanos. No entanto, no presente é possível observar mudanças de sentido nos processos de racionalização de sua ação (KING; LE GALÈS, 2011). Exemplo relevante dessa dinâmica reside na racionalização da função pública se expressa na revisão geral das políticas públicas em 2007–*La révision générale des politiques publiques* (RGPP) – instauradas com o objetivo de determinar as ações nomeadas de modernização nas diversas áreas de intervenção do Estado, assim como da economia. Dentre os objetivos da lei citada foi proposta a diminuição do emprego de funcionários públicos (uma contratação a cada dois aposentados).⁵ Já antecipando o processo de reforma do Estado, foi elaborada, em 2001, a lei orgânica relativa às finanças – *La Loi Organique relative à Loi de Finances* (LOLF) – transformou radicalmente as regras sobre orçamentos e contabilidade do Estado com o objetivo de implementar a cultura da produção por resultados considerados eficazes - performances positivas - dos serviços públicos. Vários dispositivos e repertórios da reforma foram colocados em prática com o propósito de instaurar o nomeado *new management public* (FERLIE ET AL, 1996; DREYFUS, 2010; BEZÈS E DEMAZIÈRE, 2011). Essas reformas permitem relativizar a hipótese de desengajamento do Estado; mas fortalece outra dimensão, qual seja, a de corroborar a participação no setor privado na esfera estatal; portanto, evidencia sua recomposição e redirecionamento. Por exemplo: as formas assumidas de políticas que garantem a descentralização no campo da saúde, educação e da cultura, assim como do financiamento público reiteram a hipótese levantada.

⁵<http://www.ladocumentationfrancaise.fr/dossiers/modernisation-etat/revision-generale-politiques-publiques.shtml#>, acessado em 30/03/2015.

No setor da saúde, na França, a tarifa por atividade (T2A) é um modo de financiamento único dos estabelecimentos de saúde públicos e privados. Criada em 2005 repousa sobre a medida da natureza e do volume das atividades e não mais sobre a autorização de despesas. As modalidades de financiamento anteriores foram transformadas profundamente e traduzidas em dificuldades financeiras (MOISDON, 2013). Por meio dos organismos de seguridade social que as constroem, algumas são mais valorizadas do que outras em termos de reembolso. O equilíbrio dos hospitais públicos é prejudicado na medida em que estes devem apresentar equilíbrio orçamentário, não obstante desenvolvam intervenções mais custosas e arriscadas, intervenções estas que as clínicas privadas tendem a enviar aos hospitais públicos. Além disso, nos Centros Hospitalares Universitários (CHU) os orçamentos estão em processo de redução; assim, torna-se difícil desenvolver um trabalho de qualidade, bem como atividades de ensino e pesquisa que lhes são inerentes. Estamos diante de um paradoxo: na medida em que os hospitais estão num desequilíbrio financeiro crônico frente ao qual reduzem, também, o número de trabalhadores, eles devem assegurar um serviço de qualidade, parâmetro para os processos de avaliação. Tal situação gera fortes mudanças em termos de gestão hospitalar, que afetam as formas de organização e condições de trabalho.

A política de saúde francesa está sendo reorientada e desenvolvida nas regiões por meio das agências regionais de saúde (ARS), responsáveis por definir e aplicar a política regional de saúde, subordinada à *Haute Autorité de Santé* (HAS). Trata-se de uma entidade pública científica que edita normas e certificações referentes à qualidade dos estabelecimentos hospitalares, incentiva acordos de cooperação no território entre estabelecimentos e redes hospitalares (*Lei Hôpital, patients, santé, territoires* – HPST -, 2009).⁶ A HAS atua também na criação de estruturas intermediárias (Casas de Saúde) com o intuito de reduzir as emergências. O papel da HAS é plural e controverso, pois introduziu a regulação e a racionalização dos serviços, age sobre as regras de seguridade e de proteção, favorece as relações entre o município e o hospital (BENAMOUZIG, 2010).⁷

⁶ Loi no. 2009-879, de 21 julho 2009 sobre a reforma dos hospitais e relativa aos pacientes, à saúde e ao território. Publicada no Journal Officiel 22/07/2009. <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000020879475&categorieLien=id>

Acesso em 30/03/2015.

⁷ Nesta dimensão se inserem as pesquisas de Régine Bercot sobre “les métiers, le travail et la santé” e de seus doutorandos: Anne Jacquelin. “*Trajectoires de santé et rapports au travail: entre impératifs d’organisation et expériences*”; Jean Paul Previdente. *Le néo-institutionnalisme: vecteur de qualité pour le management des personnels de l’EHPAD (Etablissement d’Hébergement pour Personnes Agées Dépendantes). Impacts des politiques publiques sur le management des personnels*; Mathilde Apelle. *Le*

No campo da educação na França, as mudanças observadas nas diretrizes políticas do Estado, as quais se aceleram desde o começo deste século XXI foram implantadas por meio de medidas legislativas e financeiras. A lei orgânica relativa à lei de finanças (LOLF), que determina as responsabilidades políticas e administrativas do ensino e da pesquisa se inspiraram em grandes princípios da administração pública e na adoção do *new management public*.

O sistema educativo francês, com tradição histórica centralizada, a partir de 1983, transferiu para as coletividades territoriais responsabilidades anteriormente exercidas pelo Estado. Para as regiões foram atribuídas responsabilidades de construção (ou ampliação), manutenção e funcionamento dos liceus; os departamentos receberam as mesmas competências para os colégios e as comunas continuam a se responder pelas escolas primárias (maternais e elementares⁸). Entretanto, o Estado ainda tem o papel de garantir o funcionamento do serviço público e a coerência do ensino e é responsável pelos diplomas e currículos, além das contratações dos professores (*écoles*, *collèges* e *lycées*⁹).

A educação profissional também sofreu modificações. Desde 1993¹⁰, é de responsabilidade dos conselhos regionais franceses, que não apenas se incumbem da formação profissional permanente, mas também do sistema público de emprego e da inserção profissional dos jovens. As regiões, de acordo com o artigo 52 da lei 93-1313, são responsáveis pela elaboração do *Plan Régional de Développement des Formations*.

Mais recentemente, este movimento atinge as universidades francesas, as quais foram objeto de duas grandes reformas que expressam a mesma direção política, ou seja, novos critérios orçamentários que, em síntese, transferem para a instituição a gestão dos salários e as obriga a reduzirem o número de postos de trabalho. Referimo-nos à *Loi Libertés et Responsabilités* (LRU), de 2007 e às *Communautés d'Universités et Établissements* (COMUEs), de 2013.

référént-handicap dans les hôpitaux d'instruction des armées. Une contribution à l'étude du service public hospitalier.

⁸ Equivalente à educação infantil e à primeira etapa da educação fundamental no Brasil

⁹ No Brasil, *écoles* e *collèges* são equivalentes ao ensino fundamental e *lycée* ao ensino médio. O ensino básico compreende a educação infantil, ensino fundamental e médio.

¹⁰ Loi n° 93-1313 quinquennale du 20 décembre 1993 quinquennale relative au travail, à l'emploi et à la formation professionnelle.

http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do;jsessionid=690C9409BB72B84D0A45B9E47F172579.tpdj_o08v_3?cidTexte=JORFTEXT000000864578&dateTexte=19931221. Acesso em 31/03/2015.

A transferência da gestão dos salários e do patrimônio para a universidade foi implantada pelas leis referidas a elas que transferiram “a gestão dos salários e do patrimônio sem definir novos critérios orçamentários. (...) A lei obrigou as universidades a reduzirem consideravelmente os postos de trabalho o que levou a uma crise do emprego “científico”. A estimativa é de que mil e quinhentos postos foram suprimidos (GEAY, S/D). A LRU também colocou em debate a relevância de avaliações possibilitando a criação de agência específica para este fim, sob o argumento que a ausência de avaliações poderia levar ao movimento endógeno de grupos de professores e pesquisadores (GEAY, op.cit, *apud* SOUZA, 2015, p.7)

As *Communautés d’Universités et Établissement* (COMUEs, 2013) reagruparam estabelecimentos de ensino superior e pesquisa e sucedeu aos *Pôles de Recherche et d’Enseignement Supérieur* (PRES, 2006). O objetivo das COMUEs é promover a constituição de estruturas de excelência, de acordo com a determinação do “Tratado de Lisboa”, implantado em 2009. Desse processo emergem mudanças traduzidas na criação de duas agências francesas – a *Agence Nationale de la Recherche* (ANR), cujo objetivo é financiar a pesquisa e a *Agence d’Evaluation de le Recherche et l’Enseignement Supérieur* (AERES). O conjunto das medidas de reforma universitária suscitou resistências por parte de estudantes, professores e pesquisadores que questionavam a perda de autonomia no exercício do trabalho docente, as avaliações nacionais quadrienais, as decisões locais quanto à forma modular de organização do trabalho e da avaliação da carreira.

Enfim, a reestruturação das universidades, tal como informada, expressa três eixos, todos eles convergentes no que tange à organização e às relações de trabalho sob a égide das novas formas de gestão: (1) agrupamentos universitários como espaços de articulação da pesquisa e do ensino; (2) avaliação e decisões sobre a alocação de recursos financeiros que permitem diferenciar os níveis de excelência e expertise; (3) o papel estratégico do Estado definindo orientações e objetivos para a pesquisa e a formação. (CHEVAILLIER; MUSSELIN, 2014)

Nos contextos apresentados, observa-se que a nomeada modernização das diretrizes do Estado transformou as formas de organização do trabalho e suas relações, bem como a mobilização dos trabalhadores assalariados, notadamente no setor público, conforme os resultados de pesquisa evidenciados no projeto anterior que demandam

maior aprofundamento na pesquisa ora proposta.¹¹ (FORTINO, 2013; LINHART, 2007, 2009; DURAND, 2004)

O termo modernização, tanto no Brasil como na França, tem sido utilizado para designar um conjunto de mudanças nas relações de trabalho, na organização dos trabalhadores bem como na ação pública do Estado. No Brasil, tal processo também foi impulsionado pela ação estatal, durante os séculos 20 e 21, tendo como pano de fundo a herança da história colonial e as orientações, observadas já nos governos democráticos, de políticas dos organismos financeiros internacionais. O referido processo apresenta características que adquirem sentido no movimento da mundialização. Ele é regulado por políticas públicas que privilegiam demandas de mercado. O papel do Estado na organização, gestão e financiamento destas políticas tem sido confrontado com a divisão de responsabilidades, as “parcerias público-privado” e a responsabilização individual.

A modernização do Estado brasileiro objetiva torná-lo mais eficaz e eficiente. Uma nova concepção gerencial de Estado, observada nas formulações e intervenções nas políticas públicas informam diferentes campos como o do trabalho, da educação, da saúde, da cultura, entre outras. A reorganização dos marcos institucionais e das atividades do Estado brasileiro foi (e continuam sendo) homogeneizada por um conjunto de práticas e ideias denominadas gerencialismo ou *new management public*. A reforma do Estado¹², no Brasil, foi conduzida pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), tendo como ministro e condutor da Reforma o professor Luiz Carlos Bresser Pereira (1995-1999)¹³.

Essa proposta objetiva a construção de um modelo de Estado Social-Liberal que “continuará a proteger os direitos sociais e prover o desenvolvimento econômico, porque o fará usando mais os controles do mercado e menos os controles administrativos, porque

¹¹ Nesta direção se inserem as pesquisas de Danièle Linhart. *Les initiatives sociales et économiques au service de cohésion sociale en Ile de France*; de Gaëtan Flocco *Croyances économique et managériales*. Assim como as pesquisas dos brasileiros: Aparecida Neri de Souza. *Trabalho docente nas universidades públicas*; Carmem Lúcia Rodrigues Arruda. *Cultura e ensino superior*; José Roberto Heloani, Selma Venco e Evaldo Piolli. *Nova administração pública e relações de trabalho*; Liliana R.P. Segnini. *Migrações internacionais, trabalho e formação no campo da música*; Vicente Rodriguez. *Ensino técnico e modernização gerencial*.

¹² O Plano Diretor da Reforma do Estado foi aprovado em 1995.

¹³ Economista e cientista político, atualmente professor emérito da Fundação Getúlio Vargas (Escola de Economia de São Paulo).

realizará seus serviços sociais e científicos principalmente através de organizações públicas não-estatais competitivas, por que tornará os mercados de trabalho mais flexíveis, porque promoverá a capacitação de seus recursos humanos e de suas empresas para a inovação e a competição internacional” (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 59/60).

A reforma do Estado brasileiro, por sua vez, delimita as novas funções e aponta para a redução do seu tamanho – principalmente quanto ao número de funcionários públicos – mediante programas de privatização, terceirização e “publicização”¹⁴; redução do grau de interferência do Estado mediante programas de desregulação que possibilitem mecanismos de controle, via mercado; fortalecimento da nomeada governança¹⁵ do Estado mediante ajustes fiscais, reforma administrativa rumo a administração pública gerencial (*new management public*), separação da formulação de políticas públicas e execução das atividades “exclusivas” de Estado¹⁶; fortalecimento do poder do governo, nomeado governabilidade¹⁷, mediante instituições de intermediação de interesses.

Ao delimitar as áreas de atuação do Estado, a educação, saúde, assistência social, previdência social, garantia de renda mínima, seguro desemprego, defesa do meio ambiente, proteção ao patrimônio cultural, estímulo às artes são atividades consideradas não exclusivas do Estado, podendo, portanto, ser transferidas¹⁸ e subsidiadas pelo Estado. Escolas, universidades, centros de pesquisa científica e tecnológica, creches, ambulatorios, hospitais, entidades de assistência social (cuidados de crianças e idosos), museus, teatros públicos e seus corpos estáveis, oficinas de arte, emissoras de rádio e televisão educacional ou cultural, são instituições compreendidas como não exclusivas do poder de Estado, entre outras. Elas desenvolvem atividades consideradas competitivas que podem ser controladas tanto pela administração pública gerencial (*new management public*) quanto pela constituição dos nomeados “quase-mercados”. A reforma do Estado

¹⁴ Publicização é entendida como a transferência dos serviços sociais e científicos estatais para o setor público não-estatal.

¹⁵ Governança é um termo criado pelo Banco Mundial: indica a situação em que um governo tem condições financeiras e administrativas para concretizar as decisões que toma. Ver FRISCHTAK, Leila; ATIYAS, Izak (Orgs.). *Governance, leadership and communication*. Washington: Word Bank, 1996.

¹⁶ O programa de reforma do Estado brasileiro delimitou funções do Estado em 3 áreas de atuação: (1) atividades exclusivas de Estado; (2) serviços sociais e científicos de Estado; (3) produção de bens e serviços para o mercado. Somente a primeira é atividade principal (*core activities*), as outras duas são auxiliares ou de apoio.

¹⁷ Governabilidade, outro termo emprestado dos organismos multilaterais, indica situação em que os governantes contam com apoios políticos para governar. Ver autores citados na nota 11

¹⁸ Podem ser publicizadas, ver nota 10.

não implicou na “privatização”, mas na “publicização”, ou seja, na transferência para o “setor público não estatal”, considerado pelos reformadores como uma terceira forma de propriedade. Trata-se de entidades do chamado terceiro setor, que compreendem diferentes figuras jurídicas tais como fundações, organizações não governamentais, organizações sociais, OSCIPS – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Social -, organizações voluntárias. No Brasil, constituem entidades públicas de direito privado que realizam contratos de gestão com o Estado e podem ser financiadas parcial ou totalmente pelo poder público, frequentemente captando recursos por meio dos mecanismos jurídicos apoiados na renúncia fiscal.

Na Reforma do Estado, a Organização Social (OS) é considerada mais eficaz para gerir “entidades de serviço quase estatais ou públicas não estatais de um tipo especial, que farão parte do orçamento do Estado, mas não do aparelho do Estado, e, portanto não empregarão servidores públicos estatutários” (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 317). Esta era e continua sendo uma questão central das políticas – não permitir a contratação de trabalhadores nas instituições públicas por meio do estatuto do funcionário público, em nome da eficiência do Estado. Desde então, forte e constante campanha é observada na mídia brasileira, no sentido de desqualificar o funcionário público, compreendido como ineficiente e portador de direitos excessivos.¹⁹

As relações de trabalho no setor público brasileiro se subdividem em dois regimes jurídicos, de acordo com a emenda 19, 1998, à Constituição Federal: funcionários públicos e empregados. Os funcionários públicos estatutários são contratados mediante concurso público e possuem carreiras de Estado; os empregados públicos são contratados mediante seleção pública e submetidos ao código de trabalho semelhante ao setor privado. Pesquisas realizadas em escolas públicas, no estado de São Paulo, evidenciam as diferentes formas de contratação: estatutários (funcionários públicos); empregados públicos (regime de trabalho híbrido entre funcionário público estatutário e trabalhador no setor privado); e, empregados com contratos pela Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT, Código de Trabalho do Setor Privado) (SOUZA, 2013; VENCO, 2014).

Essa é uma das dimensões de uma questão política mais abrangente no que tange aos campos da educação, da saúde e da cultura - transformar as relações de trabalho de

¹⁹ A reforma do Estado ao delimitar que os serviços de apoio, como limpeza, vigilância, transporte, entre outros, são serviços de mercado que podem ser realizados competitivamente, terceirizou-os.

tal forma que elas também se integrem a um projeto neoliberal expresso na Reforma do Estado.

Nos teatros públicos é observado que as orquestras sinfônicas, paulatinamente, e não sem conflitos, foram transformadas, por meio da ação do próprio Estado, em fundações e organizações sociais, capazes de captar recursos privados para o desenvolvimento de seus programas artísticos, apoiadas nas leis que informam a renúncia fiscal (Lei do Mecenato). Nesse processo, algumas orquestras foram fechadas e outras reestruturadas. Isto quer dizer que seus músicos foram submetidos às audições, que redundaram em demissões e novas contratações, não mais de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos, conforme determina a Constituição Federal de 1988²⁰, mas na qualidade de trabalhadores temporários ou celetistas.²¹

Pesquisas realizadas no Theatro Municipal de São Paulo evidenciaram as contradições da história das condições, das relações de trabalho e salariais na Orquestra Sinfônica Municipal (SEGNINI, 2006, p. 321). Criada em 1949, sempre vinculada à Secretaria da Cultura do Município de São Paulo, seus músicos foram selecionados, inicialmente, por meio de concursos públicos e contratados como funcionários públicos estatutários, com direitos vinculados ao trabalho na função pública. Naquele momento era reconhecido que o trabalho em orquestra demandava estabilidade para garantir qualidade. A partir de 1989, sobretudo nos anos de 1990 e 2000, os novos músicos que substituíram aqueles que se aposentavam passaram a ser contratados na qualidade de prestadores de serviços temporários, com contratos renovados de seis em seis meses (nomeado verbas de terceiros) justificado pelo mesmo binômio – estabilidade e qualidade – mas, com argumentos opostos: não permitir que a estabilidade no trabalho “acomodasse” os músicos, prejudicando a excelência da Orquestra. Esta situação trabalhista reconhecida como ilegal foi superada com a criação da Fundação do Theatro Municipal de São Paulo que possibilitou que a contratação dos novos músicos selecionados após a reestruturação da Orquestra, em 2011, observasse as normas da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas –. Desta forma é observada uma ambiguidade ou, uma contradição: por um lado, a superação da ilegalidade nas relações de trabalho. No

²⁰ A Constituição Federal de 1988 determinava que haveria um só regime jurídico de trabalho: o estatutário, entretanto a Emenda Constitucional 19, de 1998 permitiu a existência de outros regimes de trabalho: Estatuto do Funcionário Público e Consolidação das Leis do Trabalho.

²¹ Trabalhadores contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho, forma jurídica referente às empresas privadas no Brasil.

entanto, por outro lado, a derrota da esperança de serem reconhecidos na condição trabalhista vivida até os anos de 1980, e que ainda é percebida por 20% da orquestra – funcionários públicos –. Esse processo analisado nos Acordos de Cooperação Científica anteriores, informa as indagações no presente a propósito das migrações internacionais de artistas, especialmente músicos, um dos objetos de pesquisa no projeto ora proposto. (SEGNINI, 2006, 2009, 2014)

Dupla dimensão informa o sentido das mudanças que engendraram o fortalecimento das políticas neoliberais no período no campo das Artes e Espetáculos: em primeiro lugar, como já indicado, a multiplicação das formas de gestão da função pública por meio de instituições privadas - fundações, organizações não governamentais e organizações sociais - (BRESEER PEREIRA, 1997); em segundo lugar, mas não menos importante, por meio do crescente financiamento com base na renúncia fiscal (MINC, 2009).

A mundialização da produção contribuiu para a desregulamentação das proteções sociais relacionadas ao trabalho. Fazer mais por menos passou a ser um dogma a ser respeitado nas relações de trabalho na função pública. Os artistas, de forma singular, expressam essas mudanças por meio das condições de trabalho que realizam, tanto no trabalho considerado formal como no trabalho intermitente. No entanto, não de forma homogênea. Há, no presente, lugares ocupados por homens e mulheres, brancos e não brancos, explicados sociologicamente por meio das relações sociais e não por referências biológicas. Um traço caracteriza os depoimentos dos músicos e musicistas entrevistados: o sentimento de pertencer a uma profissão de prestígio submetida às pressões políticas e partidárias. (SEGNINI, 2014)

A reforma do Estado no Brasil apresenta similitudes em relação ao processo de modernização do Estado francês; no entanto, há que se destacar que as diferenças são visíveis quando observamos a história da consolidação da democracia nos dois países. Na sociedade brasileira, a estabilidade política num longo período de trinta e cinco anos, durante o século XX, se deu por métodos não democráticos, (1930/1945, período Vargas e 1964/1985, ditadura civil militar) e práticas de clientelismo político que recorrem frequentemente à corrupção, inclusive no presente momento histórico. O Brasil,

historicamente, é caracterizado por um “hibridismo institucional”²², ou seja, a insuficiência de dispositivos legais que dificultam (ou dificultaram) o acesso aos direitos sociais, tal como o emprego protegido (formal) e igualdade de renda. O Brasil é uma democracia recente na qual o discurso da eficiência contamina diferentes dimensões da vida social ocultando ideologicamente suas reais perspectivas sintetizadas no enunciado *new management public*²³.

A análise da problemática expressa nesse eixo, bem como sua fundamentação teórica, constituirá o objeto a ser desenvolvido por meio de diferentes ângulos e diferentes lócus de pesquisa, trabalho realizado pelos pesquisadores abaixo indicados.

PESQUISADORES E PESQUISAS ENVOLVIDOS NESTE EIXO:

FRANÇA:

CEDRIC LOMBA. *La situation des travailleurs dans les restructurations de longue durée. Les relations entre les personnels de pharmacies et les usagers. L'industrie pharmaceutique sous observations.*

DANIELE LINHART. *Le travail dans les centres d'appel. Le sens du travail et d'emploi. Les initiatives sociales et économiques au service de la cohésion sociale em Ile de France.*

GAETAN FLOCCO. *Le travail des cadres et des ingénieurs des multinationales. Consentement et résistances au travail. Croyances économique et managériales.*

GUILLAUME TIFFON. *il des clientes. Sociologies des services. Sociologie de l'expertise CHSCT. Sociologie du travail des chercheurs. Sociologie de l'innovation dans le travail.*

HELENA HIRATA. Teorias e práticas do “care” numa perspectiva comparada

LUCIE TANGUY. *Socio-histoire de l'enseignement professionnel em France. Sociologie de la connaissance. Constitution de corpus de savoirs em sociologie du travail en France.*

REGINE BERCOT. *Les processus de dévalorisations des métiers et le représentations y conduisant (sociologue, chirurgiens). Les formes de la négociation autour du fonctionnement des blocs opératoires. Le rapport des femmes au métier de chirurgien. Santé au travail et genre.*

SABINE FORTINO. *Syndicalisme, travail et santé.*

BRASIL :

²² Ver SANTOS, Wanderley Guilherme. Fronteiras do Estado mínimo: indicações para o híbrido institucional brasileiro. In: VELLOSO, J.P.R. (Coord). *O Brasil e as reformas políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

²³ Ver Lima, Potiguara Mateus Porto. Valorização docente em uma nova forma de gestão da educação: um encontro possível? Relatório exame de qualificação mestrado em educação, FE/UNICAMP, 2014. Sob a orientação de Aparecida Neri de Souza.

APARECIDA NERI DE SOUZA. *Trabalho docente nas universidades públicas. Olhares cruzados Brasil e França*

CARMEN LUCIA RODRIGUES ARRUDA. *Cultura e ensino superior: uma relação em movimento*

FABIO LUÍS BARBOSA DOS SANTOS. *Impactos da integração regional sobre as relações de trabalho na América do Sul*

JOSÉ ROBERTO MONTES HELOANI, SELMA BORGHI VENCO, EVALDO PIOLLI. *Nova administração pública e relações de trabalho: retratos de política educacional.*

LILIANA ROLFSEN PETRILLI SEGNINI. *Migrações internacionais, trabalho e formação no campo da música.*

MARIA ROSA LOMBARDI. *Engenharia, trabalho e relações de gênero na construção de habitações*

VICENTE RODRIGUEZ. *Ensino técnico, descentralização e modernização gerencial. O ensino profissional na França e no Brasil (2000/2014)*

I.II - GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO MODERNO

O objetivo deste eixo é analisar o processo de gerenciamento, no que tange às suas orientações e práticas, na perspectiva da referida modernização, frequentemente expressa como inevitável e necessária para o bem comum (TANGUY, 2011). Assim, o conteúdo desse processo, bem como suas implicações nas relações de trabalho, constitui o centro das pesquisas nesse eixo, imbricado tanto com o eixo anterior como o posterior.

A reestruturação do capitalismo, nas três últimas décadas privilegiou os mercados financeiros; fusões, incorporações ou aquisições de grandes empresas multinacionais foram realizadas com o suporte legal das políticas – fiscais e sociais - dos Estados nacionais. Dentre essas políticas, destacam-se aquelas que possibilitam e incentivam a flexibilização do trabalho; isto é, aquelas que propiciaram as contratações temporárias e eventuais, jornadas e horários flexíveis, redução dos custos da força de trabalho. Neste processo de reestruturação, a empresa capitalista privilegia, ao menos no plano do discurso, o trabalhador que demonstra ser capaz de iniciativa, criatividade, reatividade e flexibilidade.

Nesta direção, as orientações gerenciais se organizam fundamentadas na perspectiva da racionalização, das variáveis econômicas, e do controle sobre os trabalhadores. Elas respondem às lógicas produzidas pelos produtores do pensamento gerencial elaborados pelos escritórios de especialistas (*think-tanks*) internacionais e nacionais e dos altos dirigentes das empresas (BOLTANSKI; CHIAPELO, 1999). A ideologia é elaborada segundo um modelo social próprio, de acordo com o qual os atores são

produzidos pelos riscos, normas e qualidade do trabalho. Há um padrão de racionalização que contamina todas as relações, grupos e instituições sociais – do Estado à família – movido pelas noções de eficácia, eficiência e produtividade que funcionam como técnicas de controle social (IANNI, 1997). Nesta direção indagamos:

- Quais são as grandes tendências e orientações observadas nas condições e relações de trabalho na França e no Brasil?
- É possível apreender semelhanças nas orientações e nas práticas de gestão tanto no setor público como no setor privado, na França e no Brasil?
- Qual é o papel do Estado nos dois países, no sentido de promover, por meio de políticas, incentivos e orientações as formas de gestão indicadas?

As pesquisas já desenvolvidas pelas duas equipes, tanto no Brasil como na França, informaram o relevante papel do Estado na elaboração de projetos políticos que implicam em mudanças nas relações e gestão do trabalho, nos setores público e privado. Nos dois países, o Estado mantém um papel de regulação das relações econômicas.

O setor público, tanto no Brasil como na França, tem incorporado os princípios e métodos de gestão desenvolvidos no setor privado. Autores como VINCENT DE GAULEJAC (2014), JEAN PIERRE DURAND (2004), MARIE-ANNE DUJARIER (2006), DANIELE LINHART (2009), na França; ROBERTO HELOANI (2003), no Brasil, têm estudado sociologicamente o fenômeno colocando em evidência a ideologia “gerencial” bem como suas práticas na organização do trabalho e na “racionalização das subjetividades”.

As novas formas de gerenciamento aparecem associadas nos dois países à modernização que designa um conjunto de mudanças em diferentes esferas da vida social, em especial nas relações de trabalho e na organização de trabalhadores/as. Nesta direção é possível colocar em perspectiva comparativa os sentidos das novas formas de gerenciamento do trabalho e, em última instância, o sentido social deste processo de modernização. O processo de modernização, tal como descrito, foi impulsionado pela ação do Estado no Brasil e as marcas da herança histórica colonial engendraram um movimento contraditório, observado pelo crescimento da produtividade, mas com a manutenção das desigualdades de classe e de raça. As relações de gênero permanecem também desiguais, apesar de conquistas recentes nas relações de trabalho por parte das mulheres.

Os novos métodos de gestão do trabalho elaboram o discurso centrado na valorização das qualidades, das competências e da capacidade de iniciativa, de forma a criar condições para o envolvimento, como mobilização da subjetividade dos trabalhadores/as singularmente considerados, individualizando-os.

A modernização aparece associada à concepção do trabalho mais intelectual, com maiores competências, com maior engajamento da subjetividade, espaços hierárquicos mais reduzidos, individualização; portanto, observam-se rupturas com o trabalho taylorizado. É possível elaborar a hipótese de que se trata, atualmente, de mobilizar cada trabalhador para “fazer uso de si mesmo”, da forma mais eficaz possível, segundo critérios selecionados pelas direções. O referido espaço de autonomia nos discursos de gestão é fechado por objetivos fixados e acordados, procedimentos e métodos estandarizados e metodologias impostas. Autonomia contraditória, pois permite controlar os trabalhadores de forma que estes aceitem a instrumentalização de sua atividade e de sua subjetividade. Este controle se dá por meio de uma ofensiva ideológica e ética destinada a realizar o consentimento dos trabalhadores; mas também por meio da “desconstrução” ou “desarmamento” que toma a forma de um ataque às regras dos ofícios, dos conhecimentos e da experiência dos trabalhadores mediante a mudança permanente que conduz à precarização subjetiva (LINHART, 2015; VENCO, 2014).

Entretanto, observa-se inúmeras contradições nas quais os trabalhadores enfrentam, com destaque para a intensificação do trabalho, maior eficácia nas formas de controle, os tênues limites entre tempos e espaços públicos e privados, a flexibilização do emprego, da jornada e tempos de trabalho. No Brasil, as evidências empíricas apontam que as intervenções do Estado nas relações de trabalho se dão na definição de normas que enfatiza, contraditoriamente, a desregulamentação tornando o direito do trabalho mais flexível. O sentido geral das políticas públicas aponta para as relações de dominação liberal conservadora, com implicações negativas no mercado de trabalho, tais como a predominância de contratos temporários no campo da educação pública.

A orientação em direção às novas formas de gestão do trabalho conduz à discussão sobre o gerenciamento e mobilização das emoções no trabalho (JEANTET, 2003), à carga emocional e ao estresse (BERCOT; MALENFORT, 2011; BERCOT, 2014). As condições referidas de trabalho desempenham um papel relevante sobre o sentido do trabalho e a saúde psíquica dos trabalhadores. Os pesquisadores, envolvidos nesta proposta de pesquisa, tanto no Brasil como na França, estudam diferentes categorias de trabalhadores

– professores, pesquisadores, músicos, engenheiros, artistas, entre outros – entretanto, os pesquisadores franceses dedicarão especial atenção ao grupo composto pelos “cadres”²⁴, cujo estatuto tende a mudar, submetidos às pressões e tensões de tipo novo.

As metamorfoses identitárias instrumentalizadas pelas formas de gestão podem explicar a extensão do mal estar no trabalho (DEJOURS, 2003). A comparação entre França e Brasil, países com trajetórias históricas singulares e, em muitos aspectos, contrastantes, pode enriquecer a problemática. Este é o objetivo que mobiliza os pesquisadores abaixo indicados.

PESQUISADORES E PESQUISAS ENVOLVIDOS NESTE EIXO:

FRANÇA:

ALBENA TCHOLAKOVA. « *Le drame social du travail d'accompagnement des réfugiés.e.s "reconnu.e.s" vers le travail* » *Travail et émotions*.

AURELIE JANTET. *Représentations sociales au travail. Émotions au travail*.

BERNARD VALENTINI. *Le travail et la mémoire au sein des métiers du livre*.

CEDRIC LOMBA. *La situation des travailleurs dans les restructurations de longue durée. Les relations entre les personnels de pharmacies et les usagers. L'industrie pharmaceutique sous observations*.

DANIELE LINHART. *Le travail dans les centres d'appel. Le sens du travail et d'emploi. Les initiatives sociales et économiques au service de la cohésion sociale en Ile de France*.

GAETAN FLOCCO. *Le travail des cadres et des ingénieurs des multinationales. Consentement et résistances au travail. Croyances économique et managériales*.

GUILLAUME TIFFON. *Sociologie du travail des clientes. Sociologies des services. Sociologie de l'expertise CHSCT. Sociologie du travail des chercheurs. Sociologie de l'innovation dans le travail*.

HELENA HIRATA. *Teorias e práticas do “care” numa perspectiva comparada*.

LUCIE TANGUY. *Socio-histoire de l'enseignement professionnel en France. Constitution de corpus de savoirs en sociologie du travail en France*.

REGINE BERCOT. *Les processus de dévalorisations des métiers et les représentations y conduisant (sociologue, chirurgiens). Les formes de la négociation autour du fonctionnement des blocs opératoires. Le rapport des femmes au métier de chirurgien. Santé au travail et genre*.

SABINE FORTINO. *Syndicalisme, travail et santé*.

²⁴ Cadres é uma denominação de particularidade francesa, entretanto ela pode ser comparada com a denominação anglo-saxônica de professional and managerial staff. Embora seja possível encontrar as expressões cadres moyens (profissões intermediárias), ou cadres intellectuels, a expressão refere-se ao manager, conforme BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009).

BRASIL:

ALEXANDRO HENRIQUE PAIXÃO. *Para além das becas e sobrecasacas: educação popular e trabalho livre no segundo reinado brasileiro*

ANGELA MARIA CARNEIRO ARAUJO. *Contradições do Trabalho no Brasil Atual: relações de gênero e raça no processo de formalização, na informalidade e nas novas formas de organização do trabalho.*

APARECIDA NERI DE SOUZA. *Trabalho docente nas universidades públicas. Olhares cruzados Brasil e França*

BARBARA GERALDO DE CASTRO. *Flexibilidade e Gênero no Trabalho em Home Office*

CARMEN LUCIA RODRIGUES ARRUDA. *Cultura e ensino superior: uma relação em movimento*

CAROLINA ROIG CATINI. *Trabalho docente nas margens da cidade*

FABIO LUÍS BARBOSA DOS SANTOS. *Impactos da integração regional sobre as relações de trabalho na América do Sul*

JOSÉ DARI KREIN, HUGO RODRIGUES DIAS. *Sindicalismo Internacional: crise ou renovação?*

JOSÉ ROBERTO MONTES HELOANI, SELMA VENCO, EVALDO PIOLLI. *Nova administração pública e relações de trabalho: retratos de política educacional.*

LILIANA ROLFSEN PETRILLI SEGNINI. *Migrações internacionais, trabalho e formação no campo da música.*

LUCIANO PEREIRA. *Mobilização de trabalhadores e sindicatos no Brasil contemporâneo.*

MARCIA DE PAULA LEITE. *As contradições do trabalho no Brasil atual: formalização, precariedade, regulação e terceirização.*

MARIA ROSA LOMBARDI. *Engenharia, trabalho e relações de gênero na construção de habitações*

RICARDO ANTUNES. *O uno e múltiplo: redesenhando a nova morfologia do trabalho*

VICENTE RODRIGUEZ. *Ensino técnico, descentralização e modernização gerencial. O ensino profissional na França e no Brasil (2000/2014)*

I.III - MOVIMENTOS SOCIAIS: FORMAS DE RESISTÊNCIA E DE CONSENTIMENTO NO TRABALHO

O objetivo deste eixo é analisar as formas e os sentidos da mobilização dos trabalhadores/as, tanto relacionados aos aspectos de resistência, como às formas manifestas de consentimento, frente às mudanças no mundo do trabalho, nos contextos referidos já nos eixos anteriores. Os movimentos sociais e sindicais serão analisados em

diferentes pesquisas nos dois países e, comparados, sempre que possível, considerando as relações sociais de classe, gênero e etnia/raça.

A pesquisa comparativa procura estabelecer paralelos entre as mudanças e os movimentos sociais que lhe são correlatos, ressaltando semelhanças, mas também a diversidade de formas nas quais eles se materializam. Reconhece-se que há uma nova morfologia da classe trabalhadora em escala global que expressa modalidades de inserção econômica, formação de consciência e ação política dos trabalhadores (HARVEY, 1992, p. 179).

Neste momento, no qual a gestão do trabalho enfatiza o consentimento dos trabalhadores (por meios de práticas de individualização, engajamento e responsabilização) é relevante mostrar que os conflitos continuam numerosos, mesmo que eles permaneçam frequentemente localizados em termos geográficos ou profissionais. É necessário identificar, sobretudo, as formas de mobilização desenvolvidas nestes conflitos, as quais, em alguns aspectos, são emprestadas da tradição do movimento operário e, em outros, com eles rompem. Enraizadas nas situações locais estas mobilizações informam igualmente uma dimensão mundial. Fechamento de empresas, deslocamentos, descentralizações são expressões da organização do trabalho induzida pela mundialização. Elas informam múltiplos conflitos que resultam em novas formas de exploração no trabalho que atingem, sobretudo, as mulheres. As relações de gênero constituem referências teóricas na análise das relações de trabalho na mundialização liberal (FALQUET *et al.*, 2010).

As formas de mobilização locais contra a pobreza, a precariedade, a intensificação das desigualdades sociais e de sexo são substituídas por ações em escala mundial, tais como as que se referem à questão das migrações de países mais pobres em direção aos países mais ricos. Por exemplo: trabalhadores latino-americanos e africanos em direção aos Estados Unidos, Japão e países europeus. (HIRATA, 2006, 2007, 2010)

Esses movimentos questionam o papel das instituições políticas na estruturação do mercado de trabalho, do espaço público e na constituição da cidadania no presente, em ambos os países. A reestruturação capitalista observada nas últimas décadas e seus desdobramentos nos movimentos sociais e na ação sindical tem sido, para vários pesquisadores, a chave explicativa do refluxo e dificuldades vivenciadas pelo movimento sindical. A instituição sindical, na análise de alguns pesquisadores, não responde às novas formas de reorganização constante das empresas, dos serviços e das administrações

públicas, sobretudo, às submetidas a lógica das novas formas de gestão que acompanham esse processo político, econômico e financeiro.

Retomando o debate sobre a crise ou declínio histórico do movimento sindical, autores como BOITO JR e MARCELINO (2010) interrogam se o sindicalismo deixou sua crise para trás sob o argumento de que um novo ciclo de greves, a partir de 2004, indicam a vitalidade do movimento sindical no Brasil. O número de greves e grevistas envolvidos, as pautas de caráter propositivo e as vitórias obtidas pelos trabalhadores em suas reivindicações contribuem para levantar a hipótese de que o declínio do sindicalismo, embora seja tendência dominante internacionalmente, indica fenômenos desiguais e contraditórios. Para KREIN e DIAS (2015) trata-se de analisar as diferentes trajetórias históricas dos países para compreender “sua inserção na divisão internacional do trabalho, a estruturação de mercados de trabalho, as instituições de regulação do trabalho, tradições e identidades sindicais, de forma a identificar desafios específicos que se colocam aos respectivos movimentos sindicais”²⁵.

Nos anos de 1990, o movimento sindical viveu, no Brasil, um momento de refluxo, cujas causas devem ser buscadas, entre outras, nas circunstâncias econômicas, políticas e ideológicas pelas quais passou o país, com a adoção de políticas de ajuste fiscal, reforma do Estado, privatização, redução de gastos públicos e abertura econômica; enfim, políticas que articulam o neoliberalismo com a mundialização. O movimento sindical de professores não ficou imune a todo este processo, na medida em que as condições de trabalho dos professores foram profundamente afetadas, especialmente, pelas reformas do Estado (citadas no eixo 1 deste projeto) e pela política de redução de gastos sociais, provocando diversas mudanças na organização, no financiamento e na função da educação. Entretanto, a partir de 2008, o movimento sindical de professores apresenta certa vitalidade expressa no número de greves, tal como BOITO JR e MARCELINO (2010) observaram para o conjunto dos trabalhadores brasileiros. Quais são os resultados deste ciclo de greves para o movimento sindical dos professores do setor público?

As mudanças na organização e nas condições de trabalho dos professores públicos, no Brasil, são informadas pelas alterações nas relações de trabalho no setor público, historicamente flexíveis; entretanto, nestas três últimas décadas, houve uma ampliação da flexibilidade que afetou sobremaneira, o trabalho e o emprego de

²⁵ Krein, José Dari; Dias, Hugo Rodrigues. *Sindicalismo internacional: crise ou renovação?* Projeto de Pesquisa, IE/CESIT, 2015.

professores (VENCO, 2014; SOUZA, 2013; CATINI, 2008). De forma geral, as relações de trabalho no setor público se expressam no campo político e jurídico, reforçando disputas e relações políticas e ideológicas, produzindo configurações grevistas diferenciadas entre o setor público e privado. Se comparado com o setor privado, podemos afirmar que há, inclusive, um baixo grau de institucionalização das relações de trabalho no setor público, pois ainda que, no Brasil, a Constituição Federal (1988) garanta o direito à sindicalização dos funcionários públicos, os governos não tem a obrigação legal de negociação coletiva, não havendo, portanto, acordos ou dissídios, tal como os praticados no setor privado. A contrapartida às reivindicações sindicais dos funcionários públicos depende de encaminhamentos dos governos por meio de projetos de lei, decretos, etc. Portanto, os governos podem conduzir as reformas sem levar em conta os sindicatos. Negociação coletiva e direito à sindicalização de funcionários públicos são questões distintas, embora necessariamente articuladas. Se ainda falta o reconhecimento dos processos de negociação coletiva, também não foi conquistado o direito à greve dos funcionários públicos. (SOUZA e TRÓPIA, 2014)²⁶.

Há fortes evidências nas pesquisas realizadas por SOUZA (2013, 2014) de que há resistências ao processo de racionalização técnica - submetida aos critérios de eficácia, eficiência e produtividade - traduzido em individualização, precariedade e flexibilidade das relações de trabalho, considerando-se o número de greves, grevistas e jornadas não trabalhadas. A análise das greves de professores, nas duas últimas décadas, evidenciam que os professores lutam contra a intensificação do trabalho, por melhores salários, por planos de carreira, por contratos estáveis, pela concretização de um piso salarial nacional, contra a desregulamentação de direitos vinculados ao emprego e ao trabalho no campo da educação pública.

Entretanto, para Luciano Pereira (2015) há mobilizações autônomas dos trabalhadores e trabalhadoras que expressam possíveis conflitos com as direções de sindicatos, indicando novas articulações com movimentos sociais e reivindicações trabalhistas que extrapolam o terreno econômico e se voltam para as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores. Nessa direção, tal como FORTINO (2015), poder-se-ia

²⁶ *Em defesa do piso, carreira e educação pública de qualidade – mobilização sindical dos docentes do setor público no Brasil (1990-2011)*, texto a ser publicado no livro organizado por Sadi Dal Bosco e Marcia Ondina Vieira Ferreira (no prelo).

interrogar como as organizações sindicais traduzem as reivindicações de trabalhadores e trabalhadoras sobre as relações entre saúde e trabalho, constituindo um novo eixo reivindicativo.

Na França, desde meados dos anos 1990, observa-se a degradação objetiva das condições de trabalho²⁷ e sua forte deterioração, manifesta pública e politicamente por meio do “sofrimento no trabalho” (DEJOURS, 2003) e o crescimento do “mal estar e penosidades”, (CLOT, 2010, 2014; FORTINO; LINHART, 2011). A divulgação nas diferentes mídias dos “suicídios no trabalho” e outros riscos psicossociais trouxeram as condições e a organização do trabalho para o centro dos debates. Assim, em certa medida, pode-se afirmar que a temática dos danos à saúde no trabalho tem sido “legitimada” pela emergência de um novo discurso crítico sobre o trabalho.

Nesta direção, interroga-se como as organizações sindicais apropriam-se do objeto “trabalho” que parece há tempos abandonado? Como eles traduzem as queixas dos trabalhadores e trabalhadoras em reivindicações plausíveis e mobilizadoras para o mundo do trabalho? Como o compromisso sindical com a saúde no trabalho se traduz em negociações coletivas, em acordos coletivos, em lutas? E com que resultados? Nesse contexto, questiona-se, igualmente, a dinâmica das relações sociais (de classe, raça e gênero) e a maneira pela qual elas tendem a (in)visibilizar os danos à saúde de certos grupos sociais, das mulheres em particular (BERCOT, 2014; FORTINO, 2013). A consideração das questões referentes à saúde no trabalho pelas organizações sindicais ainda seria uma “economia de gênero” ou estaríamos face às mudanças?

As condições de trabalho repercutem na saúde de professores, no Brasil, e informam que muitas das enfermidades geradas pelas condições de trabalho são invisíveis, pois são compreendidas como doenças comuns, fazendo com que o ônus recaia sobre os professores (SOUZA e LEITE, 2011). A maior parte dos estudos realizados, no Brasil, compreendem os problemas relacionados à saúde dos professores na perspectiva de um processo biopsíquico e não como um processo social relacionado à organização e condições de trabalho docente. Exceção nesta abordagem é a enquete realizada pela

²⁷ Revelada pelas grandes enquetes quantitativas do tipo SUMMER – *Surveillance Médicale des Expositions aux Risques Professionnels* – realizada em conjunto pela *Direction Générale du Travail* e a *Dares – Direction de l’Animations de la Recherche, des études et des Statistiques* com o apoio do INSEE – *Institut National de la Statistique et des Études Économiques*.

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), com o apoio do Laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade Nacional de Brasília (UNB)²⁸.

Nessa perspectiva analítica, poderíamos interrogar como as organizações sindicais, na França e no Brasil, constroem seus saberes teóricos e práticos sobre o campo da saúde no trabalho. Quais são as relações entre cientistas (médicos, psicólogos, sociólogos, historiadores) e os militantes sindicais? Como se processa a socialização dos conhecimentos científicos? Na área da saúde, a *expertise*, as assessorias e consultorias - Comissões de Higiene, Securidade e Condições de Trabalho (CHSCT) - têm apoiado o trabalho sindical (CRISTOFALO, 2011)²⁹. A utilização pelos militantes sindicais das informações compreendidas legítimas, enquanto resultados de pesquisas, elaboradas por especialistas, assessores e consultores, poderia ser um risco para desconstruir os saberes e discursos sindicais? E, se este for o caso, poderia ser superado (FORTINO; TIFFON, 2013)? Quais são as maneiras como os grupos sociais – militantes “de base”, especialistas, quadros sindicais, coletivos de trabalho – participam, consensualmente ou conflituosamente, para construir e identificar problemas de saúde no trabalho (LOMBA, 2013)?

Durante trinta anos, a paisagem sindical francesa vivencia constantes mudanças : diminui a sindicalização operária, mas é ampliada entre quadros profissionais; concentra o sindicalismo no setor público; sindicatos são recompostos (com a criação de novas organizações sindicais como Solidaires, FSU, entre outros). Além disso, novos atores coletivos surgiram, como os observatórios sobre o estresse e a mobilidade forçada (como, por exemplo, na France Telecom); os movimentos associativos (como a associação para a indenização das vítimas de amianto), que renovam as formas clássicas de militância. Entre eles destacam-se o movimento dos *Intermittents du Spectacle*³⁰, dos pesquisadores *Sauvons la recherche* e *Science en Marche*.³¹

Num longo período de tempo (1960-2000) o mundo do trabalho se transformou profundamente com a feminização massiva da força de trabalho, tanto no Brasil como na

²⁸ Codo, Wanderley (coord). Educação: trabalho e carinho. Brasília: CNTE/UNB, Petrópolis: Vozes, 1999.

²⁹ Syndicalisme et expertise. La structuration d'un milieu de l'expertise au service des représentants du personnel (de 1945 à nos jours). Tese de doutorado sob a orientação de Lucie Tanguy.

³⁰ Desde 2003 os artistas e técnicos do espetáculo procuram garantir os direitos conquistados desde a década de 1940.

³¹ Movimentos recentes que questionam as relações de trabalho e o processo de produção do conhecimento após as mudanças citadas no eixo I deste projeto.

França, países cujas estatísticas informam que as mulheres compõem quase a metade da força de trabalho.

Na França, elas acompanham a expansão da terceirização, o estreitamento da pirâmide etária e a precarização massiva. Parafraseando Margaret Maruani, se o trabalho (e o emprego) não é mais o que era, também os trabalhadores e trabalhadoras experimentam mudanças objetivas e subjetivas. Como o sindicalismo consegue acompanhar estas mudanças, como adaptar-se às múltiplas transformações? Quais são as novas reivindicações, as novas temáticas que orientam o mundo sindical e torna possível as lutas de resistência no trabalho.

Num contexto de crise permanente do emprego e o crescimento da precariedade nas relações de trabalho, tanto na França como no Brasil, as lutas sociais e coletivas se centram na defesa do emprego, deixando, com frequência, o trabalho e seus conflitos fora da esfera reivindicativa “clássica”.

Diferentemente da França, no Brasil, o sindicalismo se submete a um regime legal que o obriga obter registro junto ao Estado para poder funcionar; a lei, também, obriga a existência de sindicato único organizado por ramos econômicos ou categorias profissionais. Esse sindicato, assim legalizado, tem o direito de fixar taxas e impostos a todos os trabalhadores de sua base, filiados ou não. As negociações e representações só podem ser realizadas pelos sindicatos que tem registro oficial; o regime criado em 1943 permanece até os dias atuais. Isso não significa que o sindicalismo brasileiro não tenha sido ativo e muito menos que não tenha tido papel relevante e influente na história política brasileira (BOITO JR, 2005).

Os argumentos acima tornam relevante a indagação sobre quais são as relações, tanto no Brasil como na França, entre os movimentos sociais e sindicais e as transformações do trabalho, do trabalhador e da trabalhadora. Como o movimento sindical responde às transformações no mundo do trabalho? Quais são as novas temáticas que emergem dessas mudanças e como elas se transformam em reivindicações no movimento social e sindical? Nesse sentido, é possível também indagar os impactos da integração regional sobre as relações de trabalho no Brasil e na América do Sul, bem como na França e na União Europeia, face às novas formas de exploração viabilizadas por meio das fronteiras que permanecem nacionais.

PESQUISADORES E PESQUISAS ENVOLVIDOS NESTE EIXO:

FRANÇA:

ALBENA TCHOLAKOVA. « *Le drame social du travail d'accompagnement des réfugiés.e.s "reconnu.e.s" vers le travail* » *Travail et émotions*.

AURELIE JANTET. *Représentations sociales au travail. Émotions au travail*.

BERNARD VALENTINI. *Le travail et la mémoire au sein des métiers du livre*.

CEDRIC LOMBA. *La situation des travailleurs dans les restructurations de longue durée. Les relations entre les personnels de pharmacies et les usagers. L'industrie pharmaceutique sous observations*.

DANIELE LINHART. *Le travail dans les centres d'appel. Le sens du travail et d'emploi. Les initiatives sociales et économiques au service de la cohésion sociale en Ile de France*.

GAETAN FLOCCO. *Le travail des cadres et des ingénieurs des multinationales. Consentement et résistances au travail. Croyances économique et managériales*.

GUILLAUME TIFFON. *Sociologie du travail des clientes. Sociologies des services. Sociologie de l'expertise CHSCT. Sociologie du travail des chercheurs. Sociologie de l'innovation dans le travail*.

HELENA HIRATA. *Teorias e práticas do "care" numa perspectiva comparada*.

LUCIE TANGUY. *Socio-histoire de l'enseignement professionnel en France. Sociologie de la connaissance. Constitution de corpus de savoirs en sociologie du travail en France*.

REGINE BERCOT. *Les processus de dévalorisations des métiers et les représentations y conduisant (sociologue, chirurgiens). Les formes de la négociation autour du fonctionnement des blocs opératoires. Le rapport des femmes au métier de chirurgien. Santé au travail et genre*.

SABINE FORTINO. *Syndicalisme, travail et santé*.

BRASIL:

ALEXANDRO HENRIQUE PAIXÃO. *Para além das becas e sobrecasacas: educação popular e trabalho livre no segundo reinado brasileiro*

ANGELA MARIA CARNEIRO ARAUJO. *Contradições do Trabalho no Brasil Atual: relações de gênero e raça no processo de formalização, na informalidade e nas novas formas de organização do trabalho*.

APARECIDA NERI DE SOUZA. *Trabalho docente nas universidades públicas. Olhares cruzados Brasil e França*

CAROLINA ROIG CATINI. *Trabalho docente nas margens da cidade*

FABIO LUÍS BARBOSA DOS SANTOS. *Impactos da integração regional sobre as relações de trabalho na América do Sul*

JOSÉ DARI KREIN, HUGO RODRIGUES DIAS. *Sindicalismo Internacional: crise ou renovação?*

JOSÉ ROBERTO MONTES HELOANI, SELMA VENCO, EVALDO PIOLLI. *Nova administração pública e relações de trabalho: retratos de política educacional*.

LILIANA ROLFSSEN PETRILLI SEGNINI. *Migrações internacionais, trabalho e formação no campo da música.*

LUCIANO PEREIRA. *Mobilização de trabalhadores e sindicatos no Brasil contemporâneo.*

MARCIA DE PAULA LEITE. *As contradições do trabalho no Brasil atual: formalização, precariedade, regulação e terceirização.*

RICARDO ANTUNES. *O uno e múltiplo: redesenhando a nova morfologia do trabalho*

II- OBJETIVOS

Analisar:

- O papel do Estado nas mudanças observadas nas décadas recentes no mercado, organização e relações de trabalho, especialmente no que se refere tanto às novas formas de gestão, como as implicações das fronteiras nacionais na integração do capital e na precariedade/ precarização do trabalho no processo de mundialização;
- O processo de gerenciamento, suas orientações e práticas, na perspectiva da referida modernização, frequentemente expressa como inevitável e necessária para o bem comum, bem como suas implicações nas relações de trabalho;
- As formas e sentido da mobilização de trabalhadores e trabalhadoras, tanto relacionados aos aspectos de resistência, como às formas manifestas de consentimento, frente às mudanças no mundo do trabalho, nos contextos referidos nos objetivos acima.
- As relações sociais de classe, de gênero e de raça/etnia serão consideradas, por um número expressivo de pesquisadores, nos três eixos temáticos deste projeto. As análises serão desenvolvidas por meio de diferentes objetos, ângulos e lócus de pesquisa.

III - METODOLOGIA

A análise aqui proposta sobre – *o trabalho no Brasil e na França. As mudanças de sentido e o sentido das mudanças* - será desenvolvida por meio de dois referenciais teóricos norteadores, observados nos eixos de pesquisa, qual seja: a análise comparativa internacional e das relações de gênero.

As análises comparativas revelam grande diversidade de formas de comparação, no espaço e no tempo, que envolvem questões epistemológicas e metodológicas. Durkheim, em as Regras do Método Sociológico, chamava a atenção para a concepção de sociologia como uma ciência comparativa por definição. Há que se distinguir o método comparativo

da pesquisa comparada, posto que a comparação aqui proposta coloca em relação um conjunto de fenômenos sociais, em especial as relações sociais de trabalho, na perspectiva das classes, de gênero, de raça/etnia.

Neste sentido, reiteramos a perspectiva teórica proposta pelo historiador Marc Bloch a propósito da comparação entre sociedades contemporâneas salientando que isto implica “(...) escolher em um ou vários meios sociais diferentes, dois ou vários fenômenos que parecem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre si, descrever as curvas da sua evolução, encontrar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras” (BLOCH, 1998, p. 121). Para o historiador, são necessárias, portanto, duas condições para que haja, historicamente falando, uma comparação: “uma certa semelhança entre os fatos observados – o que é evidente – e uma certa dessemelhança entre os meios onde tiveram lugar” (idem, *ibid.*) Assim, o autor se refere ao objeto e aos processos selecionados – nomeados fatos observados – e às sociedades nos quais se inscrevem – dessemelhanças entre os meios (SEGNINI, 2012)

As análises comparativas constituem uma forma de conhecimento fundamental nas Ciências Sociais, seja para analisar os fatos sociais contingentes, seja para construir categorias sociológicas. Muito se recorre às comparações internacionais para confrontar a singularidade das configurações históricas e culturais. A coleta e a classificação dos dados constituem, assim, um ponto de partida indispensável para as comparações. Os dados, eles mesmos, são construções sociais, cuja significação varia de país para país, segundo suas trajetórias históricas. É o objeto que cria o ponto de observação. A comparabilidade não se aplica diretamente aos fenômenos (ou aos objetos) particulares comparados, mas sim ao conjunto de fenômenos que constituem as “coerências” nacionais, próprias de cada país, bem como suas inter-relações. A identificação dos processos nos quais se estruturam o mercado e as relações de trabalho não pode ser reduzida aos particularismos de cada um dos países, mas deve continuamente remeter às dimensões de um movimento mais amplo nomeado mundialização.

As relações sociais de sexo são compreendidas como constructos sociais, conforme já reafirmado por diferentes pesquisas e análises.³² Assim, esses grupos constroem-se por tensão, oposição, antagonismo, em torno de um desafio, o do trabalho (Kergoat, 2000). O trabalho, tal como considerado pela autora, citando Hirata, é “produtor

³² Ver a produção bibliográfica dos pesquisadores brasileiros e franceses participantes deste projeto.

de vivência” e, nesse sentido, tem duplo estatuto. No plano coletivo, inclui o trabalho profissional (em suas múltiplas possibilidades), bem como o trabalho doméstico, que tem significado a disponibilidade permanente do tempo das mulheres para o serviço da família. No plano individual, Kergoat recupera a perspectiva analítica que considera que a atividade de trabalho é produção de si mesmo. Por essa razão, a autora propõe que pensar sociologicamente as relações sociais de sexo no trabalho significa recuperar os aspectos coletivos e subjetivos. A esfera produtiva, sobretudo nas funções consideradas relevantes, ainda é predominantemente atribuída aos homens, da mesma forma que a esfera reprodutiva às mulheres. A implicação dessa forma social de divisão do trabalho pode ser percebida por meio de dois princípios organizadores: o de separação e o de hierarquia. Isso quer dizer que é observado na sociedade a existência de trabalhos considerados de homens e outros de mulheres e, sobretudo, que os primeiros são mais valorados, tanto em termos econômicos como em relação às condições de trabalho e prestígio social.

No entanto, é necessário ir além e considerar, para melhor compreender sociedade, a relevância heurística da consubstancialidade das relações sociais de classe, gênero e etnia/raça, num contexto de desconstrução de direitos no trabalho em ambos os países.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

- BENAMOUZIG, Daniel. L'évaluation des aspects sociaux en santé. La formation d'une expertise -sociologique à la Haute Autorité de santé. *Revue française des affaires sociales*. no. 1-2, juin 2010.
- BERCOT, R.; MALENFORT, R (sous la dir.) Travail des femmes et santé: une dialogue France-Quebec. *Revue Multidisciplinaire sur l'Emploi, le Syndicalisme et le Travail*. Quebec, Université du Quebec em Outaouais, vol 6, no. 2, 2011
- BERCOT, Régine (Coord.). *La santé au travail au prisme du genre: épistémologie, enquetes et perspectives internationales*. Ed. Octarès, 2014.
- BEZES, Philippe. Publicizer et politiser la question administrative: généalogie de la reforme néolibérale de l'État dans les années 1970. *Revue Française d'administration publique*, no. 120, p. 721-742.
- BEZES, Philippe ; DEMAZIERE, Didier. Introduction au dossier-débat: New Public Management et professions dans l'État : au-delà des oppositions, quelles recompositions? *Sociologie du Travail*, vol.53, n.3, p.294-305, juillet-sept.2011.
- BLOCH, M. *História e historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998.
- BOITO JR, Armando; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, maio/ago, 2010.

- BOITO JR., Armando. *O sindicalismo na política brasileira*. Campinas: Unicamp/IFCH, 2005.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELO, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Exposição no Senado sobre a Reforma na Administração Pública*. Cadernos MARE da reforma do Estado, v.3. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova, revista de cultura e política*, CEDEC, no. 45, 1998
- CATINI, Carolina Roig. Trabalho docente, Estado e Capital. *VII Seminário da Rede Estrado*, Buenos Aires, 2008.
- CHEVAILLIER, Thierry; MUSSELIN, Christine (dir.) *Réformes d'hier et réformes d'aujourd'hui – l'enseignement supérieur recomposé*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2014.
- CLOT, Yves. *Le travail à coeur : pour en finir avec les risques psychosociaux*. Paris : La Découverte, 2010
- CLOT, Yves. *Le travail peut-il devenir supportable ?* Paris : Armand Collin, 2014.
- CRISTOFALO, Paula. *Syndicalisme et expertise. La structuration d'un milieu de l'expertise au service des représentants du personnel (de 1945 à nos jours)*. Tese (doutorado). Université Paris 10, 2013.
- DEJOURS, Christophe. *L'évaluation du travail à l'épreuve du réel – Critique des fondements de l'évaluation*. Dijon: INRA éditions, 2003
- DREYFUS, Françoise. La révision générale des politiques publiques, une conception néolibérale du rôle de l'État? *Revue française d'administration publique*, no. 136, p. 857-864, 2010.
- DUJARIER, Marie Anne. *L'idéal au travail*. Rennes : PUR, 2006.
- DURAND, Jean-Pierre. *La chaîne invisible. Travailler aujourd'hui: flux tendu et servitude volontaire*. Paris: Seuil, 2004,
- FALQUET, Jules et al (orgs.) *Le sexe de la mondialisations, genre, classe, race et nouvelle division du travail*. Paris : Les Presses des Sciences Po, 2010
- FERLIE, Ewan et al. *The new public management in action*. Oxford : Oxford University Press, 1996
- FORTINO, Sabine. La mise au travail des émotions. Travail émotionnel des conducteurs de train et emergence de nouvelles actions revendicatrices. *Terrains/Théories* (en ligne). No. 2, mis en ligne le 30/10/2015.
- FORTINO, Sabine. Quand les logiques du privé investissent le secteur public: déstabilisation des collectifs et reflux de la participation. *Revue Participations*, ed. De Boeck, no. 1, p.53-76, 2013
- FORTINO, Sabine; TIFFON, Guillaume. L'expertise CHSCT: Quelles ressources pour le syndicalisme? *La Nouvelle Revue du Travail*. Numéro 3, 2013.
- FORTINO, Sabine ; LINHART, Danièle. Comprendre le mal-être au travail: modernisation du travail et nouvelles formes de pénibilité. *Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho*, ano 16, no. 25, São Paulo, p. 35-67, 2011.

- FRISCHATK, Leila; ATIYAS, Izak (orgs.). *Governance, leadership and communication*. Washington: The Word Bank, 1996
- GAULEJAC, Vicent. *La société malade de la gestion. Idéologie gestionnaire, pouvoir managérial et harcèlement social*. Paris : Seuil, 2014
- GEAY, Bertrand. *La toge, la paillasse et le mégaphone. Retour sur le conditions et les modes de mobilisation des universitaires en 2009*. <http://www.savoir-agir.org/IMG/pdf/SA12-Geay.pdf>
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HELOANI, Roberto. *Gestão e organização no capitalismo globalizado – história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo : Atlas, 2003
- HIRATA, Helena. Mondialisation et rapports sociaux sexués: une perspective Nord-Sud. In: Lojkine, Jean ; Cours-Salies, Pierre ; Vakaloulis ; Michel (eds) *Nouvelles luttes de classes* Paris: Presses universitaires de France, Actuel Marx Confrontation, 2006.
- HIRATA, Helena. Regard comparatif sur le travail féminin en France, au Japon, au Brésil. In : Gélard, Jean-Pierre (dir.), *Travailler plus, travailler moins, travailler autrement*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2007.
- HIRATA, Helena; GUIMARAES, Nadya; SUGITA, Kurumi. Care et travail du care dans une perspective comparative. Brésil, France, Japon. *Regards croisés sur l'économie*. No. 15, Peut-on faire l'économie du genre? La Découverte, 2014.
- HIRATA, Helena; GUIMARAES, Nadya; SUGITA, Kurumi (Orgs.). *Trabalho flexível, empregos precários. Uma comparação Brasil, França, Japão*. São Paulo: Edusp, 2010.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- JEANTET, Aurelie. L'émotion prescrite au travail. *Travailler*, Martin Média (editeur), vol 1, no. 9, p. 99-112, 2003.
- JEANTET, Aurelie. Émotion. In: BEVORT, Antoine; JOBERT, Annete; LALLEMENT, Michel; MIAS, Arnaud. (coords,). *Dictionnaire du Travail*. Paris: Quadrige/PUF, 2012.
- KERGOAT, Danièle. Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARE, Hélène Le; Danièle, SENOTIER. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: Presse Universitaire de France, 2000.
- KING, Desmond; LE GALES, Patrick. Sociologie d'état em recomposition. *Revue française de sociologie*. Vo. 3, n. 523, p. 453-480, 2011
- KREIN, José Dari; DIAS, Hugo Rodrigues. *Sindicalismo internacional: crise ou renovação?* Projeto de Pesquisa, IE/CESIT, 2015.
- LINHART, Danièle. Les différents visages de la modernisations du service public. Paris: *La documentation française*, 2007.
- LINHART, Danièle. *Travailler sans les autres?* Paris: Seuil, 2009
- LINHART, Danièle. *La comédie humaine du travail. De la déshumanisations taylorienne à la sur-humanisation managériale*. Paris: Éres, 2015.

- LOMBA, Cédric. Restructurations industrielles: appropriations et expropriations des saviors ouvriers. In: LOMBA, Cédric; MISCHI, Julian (coord). Usines: ouvriers, militants, intellectuels. *Actes de le Recherche en Sciences Sociales*, no. 196/7, 2013
- MEDA, Dominique. Comment mesurer la valeur accordée au travail? Paris: PUF, *Sociologie*, 1, vol.1, p. 121-140, 2010.
- MOISDON, Jean Claude. De l'incitatif économique à la machine de gestion: l'ecas des établissements de santé. *Quaderni*. Hôpital á l'épreuve de la performance économique. MSH, editeur, 3, no. 82, p. 39-54, 2013
- OLIVEIRA, Roberto Vêras. *Sindicalismo e democracia no Brasil – do novo sindicalismo ao sindicalismo cidadão*. São Paulo: Anablume, 2011.
- PEREIRA, Luciano. *Mobilização de trabalhadores e sindicatos no Brasil contemporâneo*. Projeto de Pesquisa, Faculdade de Educação/Unicamp, 2015.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. Fronteiras do Estado mínimo: indicações para o híbrido institucional brasileiro. In: Velloso, J.P.R. (coord.) *O Brasil e as reformas políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- SEGNINI, Liliana R.P. Acordes dissonantes: assalariamento e relações de gênero em orquestras. In: Antunes, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- SEGNINI, Liliana R.P. Políticas públicas e mercado de trabalho no campo da cultura. In: Leite, M.L.; Araujo, A.M.C. (Orgs.). *O trabalho reconfigurado*. São Paulo: Anablume, 2009.
- SEGNINI, Liliana R.P. Os músicos e seu trabalho: diferenças de gênero e raça. *Tempo Social*. V. 26, 2014.
- SOUZA, Aparecida Neri de; LEITE, Marcia de Paula. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica. *Revista Educação e Sociedade*, vol. 32, n. 177, dez, 2011, p. 1105-1121.
- SOUZA, Aparecida Neri. Relations de travail dans le secteur public au Brésil. Paris: *Colloque International Travailler au Brésil et en France, Sans des changements et changements de sens*, out/2013.
- SOUZA, Aparecida Neri; TRÓPIA, Patrícia. *Movimento sindical docente contra a proletarianização do trabalho no Brasil contemporâneo*. Campinas: Unicamp, 2014 (mimeo).
- TANGUY, Lucie. La sociologie du travail en France – enquête sur le travail des sociologues, 1950-1990. Paris: La Découverte, 2011.
- VENCO, Selma. Nova gestão pública e trabalho docente: retratos das precariedades objetiva e subjetiva. In *X Seminário Internacional da Rede Estrado*. Salvador, 2014